



## GT 014. Antropologia das Emoções

Maria Claudia Pereira Coelho (ICS/UERJ) -  
Coordenador/a, Ceres Victora (UFRGS) -  
Coordenador/a, Eduardo Moura Pereira Oliveira  
(Universidade do Estado do Rio de Janeiro) -  
Debatedor/a, Raphael Bispo dos Santos (UFJF) -  
Debatedor/a, Lara Beleli (Núcleo de estudos de  
Gênero - Pagu/UNICAMP) - Debatedor/a

A antropologia das emoções vem se consolidando como área autônoma no Brasil há cerca de vinte anos. Ao longo desse percurso, podemos identificar um conjunto de temáticas agrupadas em torno de dois eixos principais: as temáticas ligadas a áreas da vida associadas à dimensão privada e as temáticas vinculadas ao mundo público. Para as primeiras, podemos arrolar problemas de pesquisa ligados ao corpo, à sexualidade ou a saúde/doença; para as segundas, listamos os movimentos sociais, a violência ou os universos profissionais/institucionais. Esse Grupo de Trabalho tem como proposta avançar na superação dessa dicotomia, incluindo em seus focos de interesse, ao lado do elenco já canônico de temáticas passíveis de abordagem pela antropologia das emoções, novos problemas concebidos sob a égide da reflexão sobre essa dicotomia. As principais temáticas a serem contempladas são: a) emoções e instituições/práticas estatais; b) emoções e políticas públicas; c) emoções, moral e formas do cuidado; d) emoções, violência e vitimização; e) emoções e movimentos sociais; f) emoções e discursos/práticas profissionais; g) corpo, sensorialidade e emoções; h) emoções, gênero e sexualidade; i) emoções e experiências de saúde/doença.

### **O judiciário e as tornozeleiras eletrônicas: As emoções e moralidades envolvidas nas audiências**

**Autoria:** Helena Patini Lancellotti

O objetivo desta comunicação é apresentar alguns dados da pesquisa de doutorado sobre os usos da tornozeleira eletrônica, em Porto Alegre/RS. As tornozeleiras eletrônicas, artefatos cada vez mais comuns no sistema prisional brasileiro, são objetos acoplados no tornozelo de apenados/as criminais como uma alternativa de baixo custo à lotação dos presídios, pois a pessoa poderá cumprir a pena em sua residência e não em um estabelecimento prisional. Em Porto Alegre, após a instalação do aparelho, a pessoa passa a ser vigiada 24 horas por dia pela Divisão do Monitoramento Eletrônico (DME) e deve cumprir uma série de normas: estar em casa em determinados horários, não violar certos territórios e não descarregar, danificar, e nem tentar retirar o aparelho do seu corpo. A tornozeleira funciona a partir de duas tecnologias: O GPS e o GPRS. O primeiro é responsável por emitir a localização exata de onde o/a monitorado/a está e essas informações são enviadas a partir da tecnologia de GPRS para a central do monitoramento. Através dessas informações é possível que se identifique os locais que pessoa esta, a velocidade que está se movimentando e as possíveis violações do território e do próprio aparelho. Quando ocorre alguma transgressão, o/a monitorado/a deverá participar de uma audiência de justificativa para explicar o porquê da violação e se justificar perante um/a defensor/a público/a, um/a promotor/a e um/a juiz/a relatando o motivo de ter descumprido algum dos critérios da tornozeleira. A partir deste relato, é que caberá ao juiz/a decidir sobre o destino do/a apenado/a: se receberá, por exemplo, um castigo a ser cumprido no regime fechado ou se a transgressão será perdoadada. Tendo como ponto de partida as observações realizadas nessas audiências, proponho que será possível identificar quais moralidades, emoções e categorias morais são acionadas para justificar a violação e sensibilizar o magistrado a fim de não receber um castigo, assim como quais são as justificativas são aceitas por quem tem o poder de decisão. A partir desses dados será possível apreender que as emoções, as moralidades e empatia são uma peça central no momento da decisão.

## DIREITOS HUMANOS E ANTROPOLOGIA EM AÇÃO



31ª RBA - Reunião Brasileira de Antropologia  
9 a 12 de dezembro de 2018

Brasília - DF [www.portal.abant.org.br/evento/rba/31RBA](http://www.portal.abant.org.br/evento/rba/31RBA)

ISBN: 978-85-87942-61-6



## Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

**Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA**  
**Diretoria da ABA 2017/2018**  
**Comissão Organizadora da 31ª RBA**

**Realização:**



**Apoio:**



**Organização:**

